

Fonte: Folha de S. Paulo - SP

Editoria/ página: Dinheiro - Mercado Aberto -  
Guilherme Barros / B2

Data: 03/04/2008

**Mercado Aberto**  
GUILHERME BARROS  
guilherme.barros@uol.com.br

## SDE investiga 300 suspeitas de cartel

O número de mandados de busca e apreensão cumpridos para obter provas da existência de cartéis passou de 19 em 2006 para 84 no ano passado, segundo a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. De 2003 a 2005, foram só 11 autorizações desse tipo.

O órgão investiga atualmente 300 suspeitas de cartel. A secretaria é responsável pela apuração dos processos administrativos e trabalha em parceria com os ministérios públicos estaduais e federais para que os casos também sejam julgados criminalmente. Hoje, cem executivos enfrentam processo criminal pela prática.

Em 2007, quando os mandados de busca e apreensão foram expedidos, a Justiça decretou a prisão temporária de 30 pessoas, que ficaram presas durante dez dias. Desde 2003, só duas prisões temporárias haviam sido determinadas no país.

A secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares de Araujo, afirma que o programa de combate a cartéis no Brasil só começou a funcionar de forma efetiva em 2003. "Foi quando a gente uniu investigação administrativa com a criminal."

A primeira condenação por cartel ocorreu em 2006, de acordo com o Ministério da

Justiça, para três executivos acusados de fixarem preços em transporte de veículos novos —os chamados cegonheiros. A pena foi de prisão de 3,5 a 5,5 anos. No ano passado, sete pessoas foram condenadas a 2,6 anos de prisão por prática de cartel na venda de gasolina em Santa Maria (RS).

"É um sinal positivo de que o poder judiciário entende o cartel como um crime grave o suficiente para ser punido com pena de prisão", diz a secretária.

As estatísticas sobre cartéis no Brasil serão apresentadas no seminário "Latin american competition policy: the law and economics of cartels and com-

petition advocacy", que a faculdade de direito da Fundação Getulio Vargas e a escola de direito da Universidade de Missouri promovem hoje, em São Paulo.

"O objetivo do seminário é discutir temas atuais de política da concorrência tanto no Brasil quanto na América Latina", diz Barbara Rosenberg, professora da pós-graduação da faculdade de direito da FGV.

A presidente do Cade, Elizabeth Farina, o presidente do órgão de defesa da concorrência do México, Eduardo Perez Mota, e a secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça participam do evento.